

# Multinacionais avaliam seu futuro a partir da Constituinte

MONICA MAGNAVITA

Perplexos diante das restrições ao capital estrangeiro aprovadas pela Constituinte, os executivos das multinacionais que operam no País ainda não conseguiram acertar o passo. A campanha que estão movendo para evitar que estes artigos passem no segundo turno de votações provocou um fato inédito no País: promover uma discussão pública entre estas empresas sobre a melhor estratégia política a ser adotada neste caso.

No centro da questão, a divulgação de um fundo, formado por 20 multinacionais, de US\$ 1,6 milhão (CZ\$ 324,8 milhões), destinada à publicidade em televisão, adesivos, prospectos e documentos informativos.

Em meio a tanta polêmica, os empresários ainda hesitam em definir o futuro de suas empresas caso as restrições sejam aprovadas no segundo turno. De qualquer forma, garantem, as possibilidades de fecharem as portas são remotas. O mais provável será a redução dos investimentos no País e um aumento da remessa de lucros e dividendos. Na tentativa de evitar medidas como estas — que segundo esses empresários travariam a economia —, as empresas optaram por uma mudança estratégica: se antes primavam pela discrição, durante os governos fechados, agora se lançam num corpo-a-corpo com o Governo, constituintes e opinião pública.

Uma coisa é certa, na opinião desses executivos. Se a Constituinte aprovar esses artigos (definição de empresa nacional; preferência do Governo pela aquisição de bens e serviços das empresas nacionais; e proibição de contrato de risco e nacionalização do setor mineral), o maior impacto será sobre o ingresso de capital externo no País, garantem os empresários ouvidos pelo GLOBO.

Apesar disso, executivos como William Jackson, Robert Broughton e Roberto César de Andrade, Presidentes da Esso, Shell e Brascan, respectivamente, e Ary Macedo, Vice-Presidente da Atlantic, acham que ainda é cedo para definir os próximos passos de suas empresas. A exceção ficou por conta do Presidente da Xerox, Henrique Gregory. Sem maiores



Gregory: risco para investimentos



Jackson: Brasil pode se prejudicar



Broughton: quem perde é o País

rodeios, o executivo afirmou que os US\$ 600 milhões (CZ\$ 121,8 bilhões) previstos para investimentos em expansão de fábricas nos próximos três anos ficarão apenas no papel se prevalecer o texto atual. O fato é que, há 23 anos no País, a empresa detém 65% do mercado nacional e sustenta a confortável posição de manter distância dos concorrentes.

Mais cauteloso, Macedo diz que não sabe responder se os investimentos de US\$ 150 milhões (CZ\$ 30,45 bilhões) planejados até o fim da década, em expansão, tecnologia e diversificação das atividades, serão levados adiante caso a Constituinte aprove esses artigos. No mesmo estilo, William Jackson prefere não fazer considerações sobre os possíveis efeitos dessas medidas. Mas foi enfático quanto às consequências da proibição dos contratos de risco:

— O Brasil está dando um tiro no pé e pode se arrepender por vir a proibir esses contratos. Não estamos livres de uma nova crise do petróleo, como ocorreu em 1979, e a redução de pesquisas em energia neste momento poderá ser extremamente prejudicial ao País no futuro.

Além disso, também criticou o item que privilegia as empresas brasileiras nas compras de bens e serviços feitas pelas estatais:

— Atualmente, já existe esta preferência. Não venderemos nada para as estatais.

## Furukawa já estuda saída do Brasil

Os problemas na Furukawa são mais graves. A empresa japonesa fabrica fios e cabos para telefonia e transmissão de energia elétrica e tem no Governo seu principal cliente, responsável por 60% do faturamento da empresa. Por isso, se prevalecer o artigo que dá preferência a empresas brasileiras nas compras do Governo, a Furukawa terá seu mercado muito reduzido. O que fazer? O Presidente Anselmo Nakatani ainda não sabe, mas, entre os empresários ouvidos, é o único que estuda a possibilidade de sair do País.

Os empresários ouvidos são unânimes em afirmar que o Brasil será o maior perdedor caso a Constituinte fique como está. Macedo e Jackson não são diretamente afetados por essas restrições — a não ser em projetos futuros de contratos de risco, sendo que a Atlantic não chegou a fazer um único contrato —, mas ponderam: o que está em jogo é o crescimento do País.

A Esso e a Atlantic não têm joint-ventures, mas a Shell se associou à Companhia Vale do Rio Doce no projeto Valesul. Broughton se arrisca a dizer que não mudará seus planos neste sentido, ainda que vigorarem as limitações. Mas este é, a seu ver, um dos pontos mais críticos, uma vez que proíbe o acordo de acionis-

tas nas joint-ventures.

— Naturalmente — pondera Broughton — isso inviabiliza a formação de novas joint-ventures, já que ninguém vai querer fazer investimentos em um negócio sobre o qual não tem nenhum controle.

Esse artigo, inclusive, vai de encontro à nova política industrial do Governo que vem sendo delineada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Atlantic está no Brasil há 67 anos e investiu US\$ 115 milhões nos últimos cinco anos, tendo remetido para o exterior neste período um percentual significativamente inferior, segundo Macedo, aos 12% permitidos pelo Banco Central. Em 1987, teve faturamento de US\$ 1,5 bilhão e investiu US\$ 36 milhões no País.

A Esso, que tem 1.400 funcionários e quase o mesmo tempo de Brasil (70 anos), obteve faturamento de US\$ 2 bilhões no ano passado e lucro líquido de US\$ 29 milhões. Durante esse período, a empresa investiu US\$ 474 milhões e remeteu uma média de 8% sob forma de dividendos neste período. Do total aplicado, US\$ 263 milhões são relativos aos contratos de risco realizados entre 1976 a 1984, que resultaram apenas em indícios de descoberta de gás e petróleo.

## GE aponta benefícios do capital externo

MARIA LUISA MARCOCCIA

SÃO PAULO — Há 17 anos, um pequeno lote de aparelhos de ar condicionado da General Electric apresentou problemas nos compressores e gerou algumas queixas do público. A fábrica não teve dúvidas: substituiu todos os aparelhos daquela remessa, mesmo os que não tinham defeito, o que custou, naquela época à empresa cerca de US\$ 1 milhão (CZ\$ 203 milhões a valores de hoje). É citando esse episódio que o Diretor de Relações Industriais da GE, Nahid Chicani, traça o perfil das companhias de capital estrangeiro operando no Brasil: zelosas na qualidade e confiabilidade do produto, competitivas nos preços e impecáveis nos prazos de entrega, seja no mercado interno ou externo.

E é também devido a episódios como esse que Chicani, membro da Comissão de Multinacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), se diz inconformado com o tratamento que os constituintes deram ao capital estrangeiro no primeiro turno, "discriminatório e prejudicial ao próprio País".

— Se nos proibirem de trabalhar, vamos embora — resume o executivo, interpretando o pensamento corrente entre empresas multinacionais.

Chicani assegura que será pacífica e tranqüila a convivência entre empresários e constituintes nesta reta rumo ao segundo e decisivo turno, e nega com ênfase a existência de caixas destinadas aos parlamentares. Ele atribui o erro de algumas medidas ao desconhecimento do que sejam empresas de capital estrangeiro e seu papel no País.

A contribuição econômica e social será o principal eixo do trabalho de esclarecimento que empresários pretendem realizar a partir de agora junto aos constituintes, reforçando o movimento nesse sentido feito durante o primeiro turno.

Entre os pontos destacados figuram, por exemplo, informações sobre arrecadação (25% do Imposto de Renda provém das multinacionais), salários (40% superiores aos de empresas nacionais), produção (26% do PIB industrial) e investimentos (US\$ 18 bilhões de forma direta entre 1950 e 1986).



## Investimento estrangeiro sustenta o crescimento

Os empresários das multinacionais não contam apenas com declarações insistentes, reuniões de análise e encontros com parlamentares para convencer a opinião pública da importância dos investimentos externos no País. Um documento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) demonstra que, sem o ingresso do capital externo no Brasil, o crescimento do PIB teria sido de 4,8% ao ano, nos últimos 15 anos. Isso seria insuficiente para gerar empregos no mesmo ritmo de crescimento da força de trabalho.

A Fiesp chegou a esta conclusão tomando como base a taxa média de investimento no período, de 24,4% do PIB, a participação da poupança interna, de 19,8% deste total, e o financiamento de 4,6% com recursos externos, seja de capital de risco ou de empréstimo. A partir daí, o documento conclui que, levando em conta a depreciação do capital físico e o crescimento médio de 6,2% ao ano do PIB nesse período, verifica-se que foram necessárias três unidades de capital adicional na economia para gerar uma unidade adicional de produto.

Como a poupança interna é insuficiente para promover o crescimento do País,

só há duas saídas, argumentam os empresários: ou via endividamento ou através do investimento de risco. Para discutir a validade da primeira alternativa, o documento da Fiesp argumenta que a remessa de lucros e dividendos das multinacionais nos últimos 15 anos foi de 7% sobre o capital registrado. Neste mesmo período, o Brasil pagou 15% de juros e spreads (taxa de risco) sobre a dívida externa.

As estimativas dão conta de que, em 1980, as empresas de capital estrangeiro do setor industrial geraram US\$ 19,5 bilhões, diferença entre o faturamento líquido e compra de matérias-primas e insumos. Estas companhias remeteram para o exterior cerca de US\$ 115 milhões de lucros, dividendos e pagamentos de outros serviços, equivalentes a 5,7% do produto gerado pelas empresas.

O setor preferido do capital estrangeiro no País é o da indústria de transformação, que recebeu 75% de todo o investimento externo realizado no País até 1986. Em segundo lugar, vem o setor de serviços, com 19% e, por último, a indústria extrativa, representando 2,8% das aplicações. Os serviços financeiros e de utilida-

de pública, que chegaram a representar 48% antes da Primeira Guerra Mundial, hoje não passam de 3,8% do total aplicado no País.

Ainda segundo o relatório da Fiesp, as multinacionais pagam, em média, salários 30% superiores aos da média das indústrias. As estimativas são de que as companhias estrangeiras pagaram salários médios de US\$ 288 ao mês em 1980, enquanto que as nacionais concederam remunerações equivalentes a US\$ 207 ao mês. Isso porque se concentram em atividades que requerem menos capital e onde a produtividade é menor.

### TOTAL DOS INVESTIMENTOS NO PAÍS

Empresa	Investimento
Xerox	US\$ 500 milhões
Shell	US\$ 700 milhões
Esso	US\$ 474 milhões
Brascan	US\$ 740 milhões
Atlantic	US\$ 115 milhões